



ATA DAS COMISSÕES DO DIA 04/11/2025

Ver Ismael diz: Boa tarde, colegas vereadores. Iniciando, então, a reunião conjunta das comissões, 36ª Reunião Conjunta, 1ª Sessão Legislativa, 40ª Legislatura, 2025-28, do dia 4 de dezembro verificação de quórum, todos os colegas vereadores, inclusive o presidente Carmo se encontra na casa, temos quórum para iniciar a reunião votação da ata do dia 27 de novembro de 2025 a ata já se encontra em posse dos colegas vereadores se todos concordam com a referida ata do dia 27 de novembro de 2025, permaneçam em seus lugares a ata aprovada por oito votos Processo número 250.448, PLN número 44, 2025 autoriza a alienação de bens imóveis do município de General Câmara e das outras providências o processo vem do Executivo esses são os terrenos no qual foi feito a audiência pública até quero parabenizar a Laís, que foi a proponente do pedido, aos colegas vereadores que estiveram a gente sabe, o Matheus chegou atrasado, o Xando também teve compromisso, o Biti também provavelmente devia ter algum compromisso e não se fez presente, assim mesmo como presidente, mas foi bem discutido a gente, inclusive, ia fazer um lado bom e ia prejudicar por outro, que tem uma questão de água dentro do referido terreno, que é preciso ser feito um dreno para facilitar para os moradores, mas, para finalizar a minha fala aqui, a aceitação dos moradores com a questão da venda foi positiva então, eu até frisei bem na minha fala e nos momentos que me posicionei, perguntando sobre isso está aberto para os colegas.**Ver Gustavo diz:** boa tarde, colegas vereadores eu acredito que ficou clara essa questão de que todos são favoráveis à venda desde que se coloque prazo para a construção, para que aqueles terrenos não fiquem, depois, baldios, porque o cara pode comprar e não construir a questão de resolver isso com a multa à água, como o Ismael falou, e que um percentual fosse investido em obras lá na Vila Popular mesmo. Então, a gente se comprometeu onde fazer uma emenda, pode ser uma emenda conjunta aqui, todos os vereadores, não tem problema nenhum, de colocar essas emendas o prazo, a gente conversou num prazo de três anos, até porque talvez o cara aposta de pegar um financiamento para comprar o terreno e depois outro para construir, então daria esse prazo, vamos dizer assim até foi sugerido quatro anos, para falar a verdade, por causa de um ano de licença de construção seria três anos do terreno mais um ano para a licença de construção o escoamento, o Jordão já deu uma solução prévia, até depois ele foi ali dar uma olhada, para que aquela água se junte num único ponto e fique apenas um terreno, vamos dizer assim, prejudicado e esse terreno teria um desconto, o cara arrematou por X, teria um desconto de Y, justamente porque aquele terreno não vai ser o melhor, digamos assim e a parte do investimento, a gente também pode colocar aqui, que fica destinado, a gente só não pode dizer quanto, mas a gente pode dizer que tem que ser investido algo na Vila Popular, tem que ver o texto dessa emenda como é que vai sendo.**Vera Laís diz:** boa tarde, colegas vereadores eu ia comentar, o vereador Gustavo comentou sobre a audiência, o que foi combinado, a gente apresentar essa emenda, e o quanto é importante a gente fazer as audiências se a gente não tivesse feito a audiência, nós não saberíamos desse problema que estava acontecendo lá, principalmente em duas casas, que vão ser mais prejudicadas, a questão da água, por causa da chuva, entra nos pátios e elas escorrem para o terreno, então ia ser bem difícil e a gente resolveu um problema do lixo, que a gente achando que ia estar resolvendo, que é um dos maiores hoje, que é um dos maiores, e é visível, e agora descobrimos esse do escoamento das águas então, acho que a gente tem que fazer a emenda bem elaborada, a emenda, para a gente apresentar, para não ficar falhas, para a gente não ter falhas nessa emenda e nesse projeto, que beneficie aquela comunidade, aquela localidade ali, principalmente os moradores que moram ao redor ali dos terrenos.**Ver Matheus diz:** eu peço desculpas por questões de trabalho, cheguei ontem, fui encerrar o ponto mais de



seis e meia da tarde, até não tenho certeza se já tinha saído de lá ou não, mas daí saí, como já era, então até provavelmente estariam lá, mas igual, não fui mas uma questão que um morador me perguntou, e eu não soube responder porque eu não li no projeto, a que lá antigamente era área verde já foi tirado a questão de área verde? Quem me disse? Na verdade foi o professor Zé Luiz que me falou que até ele se incomodou e ele ficou inelegível durante um bom tempo porque ele construiu uma casa em área verde ele disse para eu olhar bem se lá não tem nenhuma questão dessa de área verde também. Mas eu acredito que não, porque tem casa do outro lado ali também. **Ver Gustavo diz:** na matrícula maior, que é a matrícula daquela área das casas que estão junto ao posto de saúde, do loteamento Schwuchow ali, enfim, aquele lado ali, Schwuchow, aquele lado ali tem área verde reservada o que tem, e foi falado que tinha promessa de que iria construir uma associação, tinha promessa de que iria fazer uma praça, tinha promessa de não sei o quê, que colocaram uma santinha, enfim, teve várias promessas, só que aquela área, que aqui dali é tudo um loteamento maior, que foi sendo desmembrado, desmembrado, desmembrado, mas aquela área ali não pertenceria à associação Vila Nova, se eu não me engano o nome é esse. Sobre a área verde, até foi bom ter falado, que tem uma questão que uma vez, quando foi mexer lá nos fundos da Mandinha, é outro assunto, mas todo mundo dava ali área verde, área verde, área verde então eu entrei em contato na época com a pessoa que fez o projeto, foi de noel, e não era a questão de área verde, é que aqui dali é um açude, não pode aterrar aquilo dali, mas não é que não pode ter uma intervenção, uma intervenção, seja de uma obra, seja de uma residência, entendeu? Só para pontuar isso aí, que às vezes a área verde ficou meio subentendida se fizer um loteamento, hoje é obrigatório, e antigamente também era obrigatório, ter uma parte reservada para a área de lazer, só que não era cumprido antigamente, talvez pode ter sido isso que o ex-prefeito Zé Luiz se incomodou, ex-prefeito, né? Pode ser, pode ser essa situação, não estou afirmando, né? **Ver Matheus diz:** Mas, no mais, eu acredito que não tem problema, então, se essa parte já foi resolvida, é só fazer essa questão dessa emenda aí que foi comprometida com a comunidade e tocar para frente, eu acho. **Ver Gustavo diz:** então, se todos os vereadores estiverem de acordo, eu posso até elaborar um texto junto com a Júlia aqui para a gente colocar na próxima reunião de comissões aí. **Ver Ismael diz:** pode ser, sim. **Ver Gustavo diz:** e aí a gente assina todos juntos. **Ver Ismael diz:** então, fica acordada a questão do processo 044, combinado pelas bancadas então, podemos passar ao próximo processo Processo número 250.474, PLE número 52, de 2025. Autoriza o município a conceder isenção de tributos para novos lotes urbanos e industriais e da outras providências autoria do Executivo Municipal o processo está em discussão, vereadores só para a gente voltar lá no 44 e continuar tramitando, então, na próxima semana, né? Para a gente discutir mais uma vez nas comissões para depois levar a voto voltando, então, ao processo número 52. Está em discussão. **Ver Gustavo diz:** sobre o 52, uma indicação que eu havia feito referente à isenção de ITBI, IPTU para novos loteamentos, tanto urbanos quanto industriais não sei se os colegas já deram uma lida a ideia é que se crie um incentivo para novos investimentos aqui na cidade. Afinal, de contas, a gente está perdendo munícipes e eu entendo que a cidade tem o potencial de receber novas pessoas até eu, por exemplo, tenho amigos que trabalham em home office hoje aqui e não pretendem se mudar talvez tenham outras pessoas a gente sabe que o mercado imobiliário, por exemplo, encharqueadas, já está se saturando um pouco quem sabe? Quem sabe com a gente, uma lei atrativa, a gente não possa trazer novos investimentos para a nossa cidade uma questão, não sei se tem parecer já, Júlia, se foi pedido o parecer do IGAM ou não, ou teu parecer sobre a questão do impacto, foi uma questão que foi debatida lá no Executivo em razão desse incentivo, ele só existirá se tiver alguém querendo



então, não é que temos hoje alguém pedindo um incentivo a gente não está fazendo uma renúncia de receita é uma previsão essa é uma questão que foi bem debatida lá, inclusive com a contadora, com o Guilherme que foi identificado eu até tenho outro projeto meu de uma isenção referente às calçadas esse deve ter impacto por quê? Porque tem a previsão de arrecadar com a contribuição de melhoria aí agora tu vai tirar essa previsão que tem uma redução de impostos talvez isso pode ser a questão tem dito que essa circunstância não é algo que existe no nosso município hoje não há nenhum projeto hoje nesse sentido. **Ver Ismael diz:** A gente até já aprovou uma questão aqui para a compra assistida, a liberação do ITBI mas era só para dentro do programa compra assistida. Eu acho que vários municípios fizeram isso, até porque a Caixa estava reivindicando à época eu acho que esse processo também vamos deixar ele tramitando, Gustavo é para a gente discutir na próxima reunião das comissões então, vamos passar ao próximo Processo número 250.487, PLN número 53, de 2025 dispõe sobre a regulamentação do serviço de aluguel de implementos agrícolas pertencentes ao Poder Público e das outras providências também vem do Executivo. **Vera Laís diz:** esse valor do aluguel, dos implementos, vai entrar livre do Executivo ou entra para a Secretaria de Agricultura?. **Ver Gustavo diz:** é aquela situação que tem uma indicação do vereador Bitt justamente para isso aí nesse sentido de que o que for arrecadado na agricultura vá para a agricultura não veio essa lei ainda e sim, eu não sei com certeza dizer que entra no livre ou se tem como depois destinar para a agricultura, saber o que é da agricultura ou não esse é um grande problema que nós temos por isso que essa indicação seria importante que viesse, a lei. **Vera Laís diz:** Exatamente aqui já seria o fundo municipal de agricultura, já poderia ir direto para o fundo para ajudar a secretaria. **Ver Xando diz:** Pessoal, boa noite isso aí de aluguel, de implemento, isso aí, acho que não é um problema eu acho que é um negócio que um pegar, um largar, gerir não vai ter nada. **Vera Laís diz:** mas, vereador, eu sou a favor de alugar e cobrar do que as pessoas pegarem, usarem e não pagar nada. Pelo menos é um valor que vai entrar no Executivo. **Ver Xando diz:** sim. **Vera Laís diz:** porque no início do ano eu tive várias denúncias que estavam pegando implementos ali, utilizando, e ninguém pagava nada. **Ver Xando diz:** Sim dependendo, depois que estragar, até que existam implementos muito bons, e daí vão largar no canto e ninguém vai arrumar. Se aproveitura, às vezes, já não consegue, tem dificuldade de arrumar os dele, que eu vejo até, porque teve alguma situação em que não tem condições nem de fazer a primeira revisão do trator, que é muito caro, muito alto. **Ver Gustavo diz:** eu ia dizer que aqui na lei diz, como é que vai ser a questão do controle o artigo 4 diz, o aluguel dos implementos será recolhido ao Tesouro Municipal e vinculado à Secretaria de Agricultura é a questão que eu estava falando, não tinha certeza se teria como vincular ou não mas está aqui na lei e a questão do agendamento, e eu acho até que essa questão de alugar, eu acho que dá um melhor controle até ao equipamento. Porque a gente sabe, se teve na casa do fulano e estragou, a gente sabe quem estragou. **Vera Laís diz:** No artigo 5 também, diz isso aí, que vai manter um cadastro atualizado dos implementos disponíveis, estabelecer critérios de agendamento e uso e fiscalizar a utilização correta dos equipamentos então, eu acho que é um valor que vai ajudar na Secretaria e são três implementos, um distribuidor de calcário e adubo, uma enxada rotativa e uma carreta agrícola metálica basculante eu, por mim, é tranquilo da gente votar. **Ver Ismael diz:** se entrar dentro para a Secretaria de Agricultura, tranquilo o problema é que não pode entrar no livro. **Vera Luisa diz:** aqui no artigo 4 diz isso, vinculado à Secretaria de Agricultura se garante, dá para aprovar. **Ver Xando diz:** Só se tem que deixar o equipamento em algum lugar, dependendo da sede, para vir buscar, já fazer revisão para entregar do jeito que entregou, o outro, quando usar a laga na sede de novo, para o outro pegar se não, dependendo de quem é



que vai querer vir batendo um trator lá do Boqueirão buscar um implemento depois que está lá, vou passar para o meu vizinho, vou passar para o outro, para o outro, para o outro, e não tem mais nada. Tem que fiscalizar também, senão acaba virando em nada. Mais esses equipamentos mais caros, que tem que ver certinho, até se ficar na sede, vem buscar, estou entregando com os quatro pneus, está o lugar, não tem nada quebrado, e depois vem de novo e faz check-list, e volta de novo o jeito que eu recebi. **Ver Gustavo diz:** mas eu concordo com isso, vereador mas é que assim, a gente não tem uma lei hoje sobre a utilização desses implementos. E agora a gente está tendo, e está dizendo o que foi ser o cadastro, estabelecer critério de agendamento, fiscalizar a utilização, verificar previamente o agendamento, a clareza fiscal do interessar então, hoje a gente, pelo menos, tem o que se basear para fiscalizar. **Ver Ismael diz:** hoje empresta no escuro, é isso que o vereador quis falar daqui a pouco, foi o que eu ouvi aqui hoje empresta, quem pega, utiliza, e entrega danificado. **Vera Luisa diz:** sem contar que não há arrecada nada nada agora seria 220 reais. **Vera Laís diz:** e tem por duas horas, esses 220, a pessoa pode utilizar por duas horas eu tive vários relatos no início do ano e daqui da sede pessoas que vinham ali, pegavam, iam lá no pátio, lá embaixo, perto da praça, pegavam os implementos, usavam, e às vezes o responsável nem ficava sabendo devolvia e ficava lá o tempo que queria, e às vezes outras pessoas precisando então, aqui acho que vai ter o controle do agendamento, ali na agricultura, vai estar agendado com quem vai estar, eles vão saber com quem vai estar eu acho que é bem tranquilo essa lei, para mim é bem tranquilo. **Ver Xando diz:** eu acho que tem que ver, eu não li todo ali, até porque às vezes os caras, os produtores mesmo, tem tratores melhores que os da agricultura, e acabam guardando esses tratores e aproveitando a gente sabe que não pode ser centralizado, uma pessoa não pode excluir ninguém, mas às vezes pega um cara que precisa mesmo do trator, o Biti sabe melhor, os caras estão guardando esse trator dentro de casa, não sei quanto é o óleo do trator agora da patrulha agrícola ali, peão, óleo diesel, desgaste de trator e mais o equipamento, eles preferem pagar 200 pilas por hora, que ganha mais que esse trator grande, eles guardam, tem que ver também, se a pessoa não tem, às vezes fica um centê para não dar a qualidade para a pessoa né Laís. **Vera Laís diz:** olha, vereador, eu discordo em partes, acho que quem tem maquinário, a gente vê lá no interior, se eu estiver errada, o vereador que vive mais lá do que eu, a gente vê que as pessoas utilizam, e às vezes utilizam os dois, utilizam o seu e o da associação que tiver, ou da patrulha agrícola do município, porque às vezes fica pronto tudo junto, que nem precisa fazer uma silagem, eu preciso fazer, o vereador precisa, às vezes todo mundo, fica pronto o milho para todo mundo ir junto, então às vezes as pessoas precisam utilizar, às vezes os dois ou três que se juntam. **Ver Ismael diz:** fica a critério das bancadas podemos colocar em voto o processo na próxima sessão? **Vera Laís diz:** eu por mim, pode ir a voto. **Ver Ismael diz:** Bancada PSDB concorda com o voto? Bancada MDB? **Ver Matheus diz:** MDB concorda. **Ver Ismael diz:** Bancada Progressista também concorda, então o processo vai a voto na próxima semana Processo nº 250.488, PLA nº 54-2025, altera a Lei Municipal nº 2.462, de 27 de junho de 2023, que fomenta desenvolvimento econômico e turístico nos distritos do município de General Câmara esse também vem do Executivo Municipal esse processo está em discussão, vereadores. **Ver Gustavo diz:** eu até nem vi esse processo ainda esse projeto, a gente já não votou alguma coisa para não cobrar o aluguel? Porque é sobre isso, para não cobrar seis meses é só para explicar, são três espaços lá, e o projeto que foi votado anteriormente foi para um espaço o que me informaram é que tem interessados em investir lá, do ponto de vista de pousada, uma pousada, e ele pediu que fosse dada essa isenção apenas pelo período do investimento dele, até que ele consertasse o que precisa ser consertado, que ele fizesse as



reformas que precisam ser feitas lá no local. **Vera Laís diz:** eu sou de acordo se for por esse período de seis meses, até a pessoa se organizar, se organizar a poder não, obrigada, presidente se organizar, mas acho que um período, como a gente já viu, por período indeterminado, mas por um período de seis meses, acho que é justo até porque o município não está podendo perder nenhum tipo de arrecadação hoje então, por seis meses, acho que é tranquilo esse. **Ver Matheus diz:** só para deixar claro e gravado. Se tiver que fazer obra, se tiver que fazer alguma obra de adequação a isso, porque fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção do pagamento de aluguel pelo prazo de seis meses à empresa ou empreendedores interessados, exclusivamente para a realização de obras, ou reformas, ou adequação necessária ao início de suas atividades no local a concessão de isenção prevista no parágrafo anterior dependerá de apresentação prévia pelo interessado do projeto contendo as descrições das intervenções a serem executadas, bem como cronograma e execução do orçamento estimado, o qual deverá ser aprovado pelo Poder Executivo no caso, se tiver pronto, depois de seis meses volta a pagar o aluguel Vamos falar o português o Carlesso hoje, no caso, teria que passar a pagar esse seria o português. Porque ele está com a isenção hoje total. **Ver Gustavo diz:** Se eu não estou enganado, a lei dele, não sei se é a mesma. **Ver Matheus diz:** é a mesma lei? Eu acho que é essa lei?. **Ver Gustavo diz:** é o novo parágrafo esse. **Vera Laís diz:** esse é o novo. Os demais positivos da Lei Municipal permanecem inalterados ele não vai pagar. Igual ele vai continuar sem pagar. **Ver Gustavo diz:** Um parágrafo novo isso é para quem for investir lá e precisar fazer obras, terá o prazo de seis meses. **Vera Luisa diz:** é os novos empreendedores. **Ver Ismael diz:** Este empreendedor, só para passar para os colegas aqui, ele vai fazer uma pousada temática lá então, provavelmente, vai ter bastante coisa por fazer no ambiente. **Vera Luisa diz:** mas o prazo são seis meses. **Ver Ismael diz:** isso, mas vai mexer com obras é uma pousada temática de dois quartos presidenciais da época. É uma coisa bem diferente, uma coisa bem inovadora. **Ver Matheus diz:** Eu acho que a gente poderia botar uma emenda para que esses seis meses não fossem renováveis não podendo ser isenção renováveis por mais seis meses porque não acabou a obra, por exemplo o que não diz é discutível onde não tem nada dizendo posso falar isso para vocês porque aconteceu um fato, sabe, com a Roberta ali, que no regime jurídico do município fala sobre a licença remunerada por 30 dias e não fala sobre renovar a mesma, ou se não então, onde não tem um esclarecimento, não está claro, pode gerar dúvidas então, acho que daqui a pouco seria o caso de colocar uma emenda. **Vera Luisa diz:** para assegurar. **Ver Matheus diz:** Para assegurar e não ter discussão jurídica posterior. **Ver Ismael diz:** as bancadas, quem concorda, colocamos a voto na próxima semana?. **Ver Matheus diz:** eu acho que só botamos uma emenda no caso ali, seria no caso um aditivo não, é só uma emenda mesmo, o parágrafo 4 o início das obras, atividade local e uma emenda, no caso, só mudando não renovável depois de seis meses. **Ver Ismael diz:** É no lado da farmácia é onde ia ser a Vanessa, né? Isso, isso pelo que eu sei, é uma pousada temática Existe muito isso no Rio Grande do Sul, em outros municípios aí no Brasil. Parece que em Minas Gerais tem muito isso e é um negócio inovador, um negócio. **Ver Gustavo diz:** Não haverá possibilidade de renovação, né? Essa é a questão. Mas é que assim, não está prevista a renovação. Então a lei está, está no sentido de quê? Pelo prazo de seis meses se quiser colocar uma questão, até perguntar para a Júlia se é uma questão de informalidade, isso, mas. **Ver Matheus diz:** Se vocês acham, vocês como juristas, não tem como eles, no caso então, então, não é proibido. **Vera Laís diz:** eu acho até, vereador, acho que a gente tem que ter o bom senso se é uma pousada a gente sabe que obras, né? Nem se é uma pousada temática, daqui um pouco não vai levar vai levar mais tempo, né? Até a pessoa se organizar para montar tudo, um



pouco antes dos seis meses está pronto, mas daqui um pouco eu, se eu fosse propor uma emenda, eu até ia propor para ter mais um tempo prorrogável, né? porque a gente sabe como é a obra é uma coisa que exatamente, seis meses passa voando, né? Então, acho que.**Ver Ismael diz:** Podemos colocar, então, o processo em voto, na próxima sessão.**Vera Laís diz:** Bancada PSDB concorda?.**Ver Ismael diz:** Concorda.**Ver Matheus diz:** Bancada MDB concorda? Concorda.**Ver Ismael diz:** Bancada Progressista também concorda. Processo 054 vai a voto na próxima sessão Processo 250.492, PLE nº 55, de 2025 Altera a Lei Municipal nº 1.483, de 14 de julho de 2009, que estabelece normas de parceria para realização de serviços particulares com equipamentos e máquinas do município esse processo também está aberto à discussão, vereadores.**Vera Laís diz:** Esse daqui praticamente é autorizando o executivo a receber diesel, é isso, vereador eu to só, que a gente tá com a mesma.**Ver Ismael diz:** A gente ficou bem.**Ver Gustavo diz:** Eu já vou abrir aqui não tem como.**Ver Ismael diz:** a gente não tem como.**Vera Laís diz:** eu não sei, agora não me lembro o período que era, mas antigamente era assim, né? Antigamente a pessoa dava.**Ver Gustavo diz:** é que antigamente tinha até a questão do cofre na prefeitura, que a pessoa ia lá, abria o cofre, botava o dinheiro, pegava um boleto, enfim.**Ver Ismael diz:** é uma situação bem.**Vera Luisa diz:** não tem como trocar difícil.**Vera Laís diz:** Tem algum parecer, Júlia?.**Ver Matheus diz:** Vou falar por mim, como funcionário eu trabalhei, eu trabalhei na agricultura um tempo, eu levava óleo com o carro, que abastecia os carros a gente tinha um galão especial, só que daí começaram a liberar e o pessoal começou a entregar às vezes, não sei se por maldade ou não, óleo sujo, começou a dar problema, estragar bomba, estragar uma bomba de um trator vai a quase 20 mil reais.**Vera Luisa diz:** Exatamente nós havíamos comentado, daqui a pouco um entrega o óleo direitinho, o outro não.**Ver Matheus diz:** Exatamente é bem.**Vera Luisa diz:** Tem como controlar isso.**Ver Matheus diz:** então, que venha aqui, pague no posto de gasolina, deixe, pague, e o município se responsabiliza em retirar.**Ver Gustavo diz:** até isso daí nem sabia, o relator, Matheus mas e o controle disso? o fulano pagou como é que a gente sabe que o fulano pagou 100 litros, que o fulano pagou 50 litros?.**Vera Laís diz:** exatamente antigamente era assim, o fulano dá 50 litros, 20 litros, e paga tanto em dinheiro vereador Biti, acho que o senhor deve ter pego, eu lembro do meu pai, que era assim, dava tantos litros e pagava tanto em dinheiro para fazer algum serviço.**Ver Matheus diz:** aí, essa parte, no caso, voltamos lá àquela questão da agricultura ter um caixo separado era muito mais fácil fazer um PIX para um Qr Code da Secretaria de Agricultura.**Ver Ismael diz:** nós conversamos há pouco.**Ver Matheus diz:** a agricultura compraria mais óleo, que daí quem buscasse o óleo aqui na prefeitura.**Ver Ismael diz:** daria um respiro para a secretaria, a secretaria teria já de onde buscar eu acho que a gente vai deixar esse processo.**Vera Luisa diz:** a questão não é, a gente não vai negar eles de estar buscando recurso, mas essa forma é inviável.**Ver Ismael diz:** vamos tirar ele.**Ver Gustavo diz:** eu até não conversei com o Executivo sobre isso, estou falando bem sinceramente assim se a gente retirar, eu posso retirar como líder de governo, mas retirar ele pode voltar a gente tem que eu poderia votar contra, eu votaria contra, se tramitar eu voto contra não tem controle nenhum.**Ver Ismael diz:** Nós conversamos agora há pouco sobre esse processo.**Vera Laís diz:** eu vou votar contra para não ter o risco de voltar ele mas retirar, mas aí eles podem mandar de volta eles mandam de volta o projeto.**Ver Ismael diz:** a gente pode não precisar passar por votar contra eu falo questão bancada. **Vera Luisa diz:** eu votaria contra também.**Ver Gustavo diz:** eu votaria contra também.**Ver Ismael diz:** nós já estamos decididos sobre isso.**Ver Gustavo diz:** eu votaria contra pela questão constitucional, porque não tem questão de controle nenhum aqui não vai haver controle, não tem controle é uma situação que pode arcar bastante consequências lá na frente.



Ver Matheus diz: seria uma regressão. **Ver Gustavo diz:** como líder de governo eu votaria contra para proteger o governo. **Ver Ismael diz:** é isso aí eu vou fazer o seguinte então, acho que a gente vamos deixar tramitando e vamos retirar mais adiante conversar com o executivo sobre isso, dizer que mas ele vai ficar tramitando então acordo de bancada o processo vai ficar tramitando na casa mais uma semana, doutora a gente já recebeu dois processos que chegaram com urgência na casa um é o Projeto de Lei nº 56, que altera a Lei Municipal nº 258, de 5 de julho de 2024, que dispõe sobre a alteração em caráter excepcional de medidas para desmembramento do solo urbano e construção de imóveis no município de General Câmara na verdade, é para corrigir uma redação que não ficou certa nesse processo que foi aprovado por nós ainda ano passado, que foi para regularizar a questão das medidas das áreas de terrenos do imóvel ali da vila. **Ver Gustavo diz:** é que essa lei, a 2568, ela veio para atender a uma condição específica da calamidade por exemplo, se vier um loteamento novo aqui em General Câmara, e não se enquadrar na questão da calamidade, não entra nem na questão dos terrenos, não entra nem na questão da largura mínima do loteamento. **Ver Ismael diz:** do espaço para seis metros, né? **Ver Matheus diz:** que, na verdade, é interessante eu vou citar um exemplo, tu sabe? nos fundos da tua mãe ali, o terreno do Romeu com essa diminuição, ele poderia fazer dois terrenos ao contrário, a metragem não dá dois terrenos é só um pequeno exemplo que daria dois belos terrenos para fazer duas casas popular ali, a pessoa faz duas casas normal, pequena, com pouco pátio, dá para fazer dois terrenos. **Ver Gustavo diz:** O plano de diretor hoje fala da questão dos 200 metros quadrados de terreno social e 250 metros, o terreno padrão de General Câmara até o nosso plano de diretor, eu sei que o Matheus botou até o próximo orçamento, ele está desatualizado, 2008 aí tu pega, como eu falei em charqueadas antes, os loteamentos são terrenos pequenos. Seis por vinte, seis por quinze. **Ver Ismael diz:** a gente teve bastante problema agora. **Ver Gustavo diz:** as famílias são menores. **Ver Ismael diz:** Nos últimos dias, a gente foi atrás de um investimento que existe na SEAB, eu até já comentei aqui com os colegas, de 18 bi que o Governo do Estado tem para investir em habitação e aí a gente foi atrás e a gente teve problemas na questão de avaliação de valores de terrenos aqui em General Câmara a gente sabe aqui, nós aqui, que hoje não se acha um terreno de menos de 50 mil em General Câmara e por causa da defasagem de tudo isso que foi feito, a primeira avaliação feita pelo nosso engenheiro foi de 37 mil e 500 hoje não compra um terreno em General Câmara por 37 mil e o empresário que tem lá o lote, que está negociando em torno de 52 lotes com o Governo do Estado, ele tem um preço avaliado em 60 mil reais o lote. **Ver Matheus diz:** Mas se tu paga o IPTU sobre o valor de 36 mil, o executivo tem o direito de desapropriar, pagar o valor que tu paga em cima do teu IPTU e se é para um bem comum, o executivo tem essa prerrogativa. **Ver Ismael diz:** então foi feita outra avaliação, chegou-se a 44 500, se não me engano, que também é um valor abaixo de mercado, mas já mais plausível e acessível e agora este empresário, para fechar uma parte dessa negociação com o Governo, também precisa desta redação aqui ajustada. Isso aqui foi aprovado por nós já e pode vir a calhar logo ali na frente com outros recursos que estão chegando aí do Governo Federal também, que provavelmente tem mais 58 terrenos lá que podem ser utilizados também para esse espaço inclusive foi aprovado aqui, né Gustavo, da outra vez por nós, no mandato passado, para já a questão das casas da enchente e agora, quando chegou essa documentação em mãos do Governo, voltou por causa desta redação então a gente precisa só corrigir esse artigo primeiro, que acrescenta ali o inciso terceiro ao mesmo da Lei nº 2.568. **Ver Gustavo diz:** o vereador Ismael até assim, ele não entra a votação hoje, mas poderia entrar, né? **Ver Ismael diz:** é, ele pediu urgência para entrar hoje em votação, tanto esse quanto o próximo que eu vou



fazer a leitura agora ele veio com o regime de urgência, os dois esse processo, então, fica de entendimento, colegas vereadores? é o 56, né? Isto, este é o 56. **Ver Matheus diz:** é, tranquilo no caso ali, o que entra é o Vias Urbanas, delegação com largura mínima de oito metros. **Ver Ismael diz:** isso, na questão da rua, tá? Tranquilo então, a bancada PSDB concorda, o processo entrará em voto ainda hoje. **Vera Laís diz:** o PSDB concorda. **Ver Matheus diz:** o MPDB concorda. **Ver Ismael diz:** e a bancada progressista concorda então, passando ao próximo, que também veio com o regime de urgência, tá? Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2026 de 26 de novembro de 2025, desculpa. Altera a Lei Complementar Municipal nº 5, de 26 de abril de 2022, que institui regime jurídico único dos servidores públicos municipais de General Câmara este é o que o pessoal tava discutindo aqui antes do início da reunião de comissões. O processo tá aberto à discussão, vereadores. **Ver Matheus diz:** Realmente, eu li o processo aqui, vereador, e realmente fala que é prêmio de assiduidade então, a hora extra vai ser contada como, na verdade, como estava sendo até agora, que só tem que colocar na lei, porque já estava sendo... é a lei municipal, só que estava pagando correto estava pagando exatamente, pagando como vai ser pago na verdade, só está adequando à lei municipal essa é a realidade. **Ver Gustavo diz:** é que falava em vencimento, vencimento é o seco ali, salário básico do e agora remuneração é tudo, menos. **Ver Matheus diz:** o auxílio efetividade e o vale alimentação. **Ver Gustavo diz:** É isso aí. **Ver Matheus diz:** a bancada do MDB concorda que vai à vota. **Ver Ismael diz:** Então, já pergunto à bancada do PSDB. **Vera Laís diz:** se os funcionários concordam de ir à vota, então, pode ir à voto. **Ver Gustavo diz:** não, eu até vou dizer assim, eu tenho muita dificuldade em entender remuneração e vencimento eu falei isso aí, porque agora, pesquisando aqui e tal, o que a Júlia tem de parecer de ganha ali, Júlia, só para a gente não errar, é para pagar, então, em cima de progressão de carreira ali, em cima de FG e em cima de hora extra. **Ver Matheus diz:** a hora extra é paga em cima desses pedodicales que a gente disse. **Ver Gustavo diz:** tudo que receber, tirando o prêmio assiduidade e auxílio alimentação, esses dois não vão excedir o valor da hora extra nas horas extras, isso. **Vera Luisa diz:** é insalubridade. **Ver Matheus diz:** o FG e o tempo de serviço, adicional por tempo de serviço. **Ver Gustavo diz:** está ok no parecer isso aí. **Ver Matheus diz:** mas tem o assúmulo do TJ já, tribunal? Sim. **Ver Gustavo diz:** é que assim, o IGAM orientou deixar como está por quê? Porque tem dúvida ainda entre o STF. O STF diz que quem legisla é o município, mas o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas têm opiniões diferentes o Tribunal de Contas diz que tem que ser em cima do vencimento, e o Tribunal de Justiça já paga em cima de tudo se você entrar na Justiça para cobrar em cima de tudo, que está acontecendo em São Jerônimo ali agora, vai ganhar. **Ver Matheus diz:** exatamente e o município não vai ter esse problema, porque já estava pagando em cima de tudo. **Ver Gustavo diz:** isso não tem para trás. **Ver Matheus diz:** exatamente só vai estar com a lei. **Ver Ismael diz:** vai estar com a lei ajustada ajustando a lei e segue como está. **Ver Gustavo diz:** é uma questão formal acho que pode ser no texto não sei se todos concordaram está registrado. **Ver Matheus diz:** Só na redação, tranquilo. **Ver Ismael diz:** pode ser então o processo vai a voto então, bancada MDB. **Ver Matheus diz:** a favor. **Ver Ismael diz:** Bancada PSDB já tinha concordado. **Ver Matheus diz:** eu e a Luísa, como nós somos funcionários e recebemos, a gente se abstém do voto para evitar qualquer problema. **Ver Ismael diz:** então, tranquilo e a nossa bancada, que é progressista, também é a favor do processo e a voto hoje à noite então, tá, colegas? Daqui a dez minutos inicia a nossa sessão legislativa obrigado a todos encerrando a reunião das comissões.

PRESIDENTE DA CCJ
ISMAEL LIMA DA SILVA